



DATA DA REUNIÃO: TREZE DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de vinte e nove de abril findo, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 5ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, que consistiu na 5ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente ata.-----

DESPACHO

3



5º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2014

Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 21/10/2013, item 5, n.º 1-a), aprovar a 5ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, com reforço de verbas no montante 405.000,00€ (quatrocentos e cinco mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Finanças e Compras para execução.

Santo Tirso, 29 de abril de 2014

O Presidente,



Dr.º Joaquim Couto

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
IRAC

Serviços de Clientes Particulares,
Ação Social e Atendimento
Geral e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534

gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MODIFICAÇÃO N.º 5

ALTERAÇÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º 5

ALTERAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º 5

abril 2014

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2014 Data Aprovação :

5
Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 5		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020108		Material escritorio	122.000,00	15.000,00	
02	020120		Material educação cultura e recreio	481.000,00	30.000,00	
02	020210		Transportes	1.680.500,00	120.000,00	
02	020217		Publicidade	244.000,00	20.000,00	
02	02022001		Recolha residuos solidos	410.000,00		245.000,00
02	02022002		Tratamento de residuos solidos	266.000,00		120.000,00
02	02022009		Serviços especializados diverso	1.256.500,00	200.000,00	
02	03010502		Empréstimos de médio e longos prazos	48.000,00		20.000,00
02	07010305		Escolas	2.107.765,85		
Total de Aumentos/Diminuições:					385.000,00	385.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 5		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2002 I 396	CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ NEGRELOS - PROTOCOLO COM DR	616.806,58		20.000,00
02	07010305	2014 I 11	BENEFICIAÇÃO DA COBERTURA DA EBI/JI DE GUIMAREI	41.005,00	20.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					20.000,00	20.000,00
Total Geral :					405.000,00	405.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

7

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				6	Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 5	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 5	DO ANO CONTABILISTICO DE 2014	DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	6.615.765,85	385.000,00	385.000,00	6.615.765,85	
	02	Aquisições bens serviços	4.460.000,00	385.000,00	365.000,00	4.480.000,00	
	0201	Aquisições bens	603.000,00	45.000,00		648.000,00	
	020108	Material escritorio	122.000,00	15.000,00		137.000,00	
	020120	Material educação cultura e recreio	481.000,00	30.000,00		511.000,00	
	0202	Aquisição serviços	3.857.000,00	340.000,00	365.000,00	3.832.000,00	
	020210	Transportes	1.680.500,00	120.000,00		1.800.500,00	
	020217	Publicidade	244.000,00	20.000,00		264.000,00	
	020220	Outros trabalhos especializados	1.932.500,00	200.000,00	365.000,00	1.767.500,00	
	02022001	Recolha residuos solidos	410.000,00		245.000,00	165.000,00	
	02022002	Tratamento de residuos solidos	266.000,00		120.000,00	146.000,00	
	02022009	Serviços especializados diverso	1.256.500,00	200.000,00		1.456.500,00	
	03	Juros e outros encargos	48.000,00		20.000,00	28.000,00	
	0301	Juros da divida publica	48.000,00		20.000,00	28.000,00	
	030105	Administração pública central - Estado	48.000,00		20.000,00	28.000,00	
	03010502	Empréstimos de médio e longos prazos	48.000,00		20.000,00	28.000,00	
	07	Aquisição bens capital	2.107.765,85			2.107.765,85	
	0701	Investimentos	2.107.765,85			2.107.765,85	
	070103	Edifícios	2.107.765,85			2.107.765,85	
	07010305	Escolas	2.107.765,85			2.107.765,85	
TOTAL ...			6.615.765,85	385.000,00	385.000,00	6.615.765,85	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				385.000,00	385.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...							

Em ____ de ____ de ____

O Presidente da Camara,

Aprovada em reunião de ____

Os Vereadores:

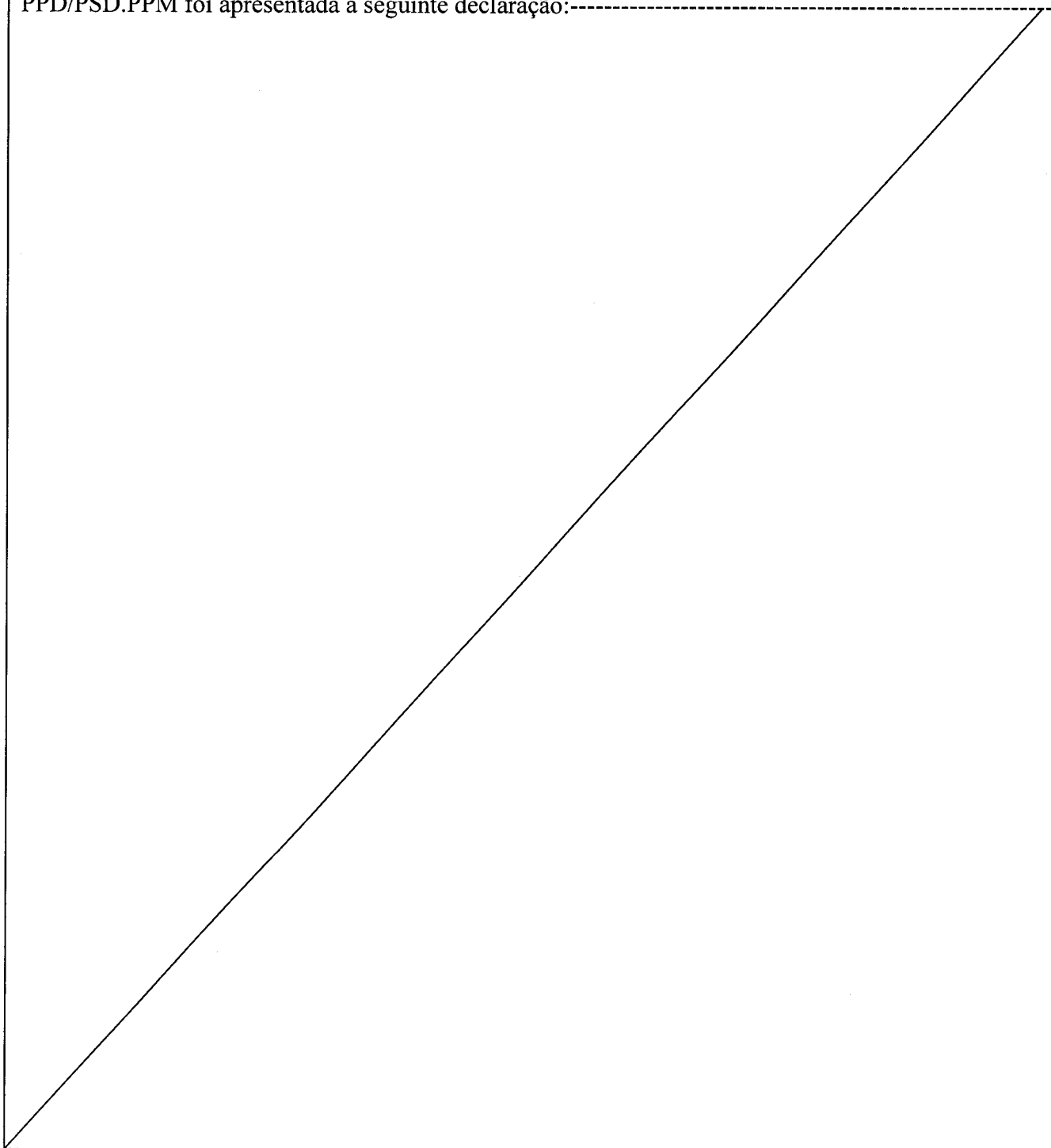
ENTIDADE		MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS																
CM S TIBSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 5 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2014 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 5 DATA DE APROVAÇÃO																
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUINTE				
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO		ANOS SEGUINTE		ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2015	SEGUINTE
2.		Funções sociais			7.218.399,98	657.811,58	657.811,58							657.811,58	657.811,58			
2.1.		Educação			7.218.399,98	657.811,58	657.811,58							657.811,58	657.811,58			
2.1.1.		Ensino não superior			7.218.399,98	657.811,58	657.811,58							657.811,58	657.811,58			
2.1.1.1.	58	CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ	DPA/DOM	02 07010305	7.218.399,98	616.806,58	616.806,58			-20.000,00				596.806,58	596.806,58			
2.1.1.1.	03	NEGRELOS - PROTOCOLO COM DREN	DOM	02 07010305		41.005,00	41.005,00			20.000,00				61.005,00	61.005,00			
		BENEFICIÇÃO DA COBERTURA DA																
		EBI/JI DE GUINAKRI																
TOTAL ...					7.218.399,98	657.811,58	657.811,58							657.811,58	657.811,58			

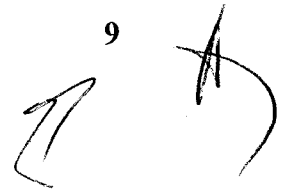
Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



b) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração:-----





O diálogo não se apregoa nem propaganda! Ao contrário, o diálogo encontra a sua razão de ser nos atos, nas práticas e principalmente no exemplo.

Não é a primeira vez, mas esperamos que seja a última, que a arrogância, a prepotência, e a lei do “quero, posso e mando”, se sobrepõem ao diálogo, à convivência democrática, e ao respeito pelos direitos da oposição, plasmado no respetivo estatuto.

Na última reunião de câmara fomos surpreendidos com uma decisão inédita do senhor presidente da câmara que, na sequência de uma votação, impediu os eleitos nas listas do PSD-PPM de exercerem o direito de emitir a respetiva declaração de voto!

Ao não ser permitido o uso deste direito, os vereadores do PSD-PPM ficaram impedidos de cumprir o dever de explicar, como se exige, o sentido de voto adotado na moção apresentada pela maioria socialista.

O senhor presidente da câmara, tal como se pode ler na ata da referida reunião, sustentou a sua posição, invocando uma prerrogativa da lei, mais concretamente a alínea p) do nº 1 do artigo 35º da Lei 75/2003 que diz o seguinte no que se refere às competências do presidente da câmara: *“Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações”* (fim de citação).

Para além de sobrevalorizar as suas competências, o senhor presidente da câmara foi ainda mais longe declarando que, e passo a citar: *“... em seu entendimento as votações das moções não admitem declarações de voto, nomeadamente por ter sido apresentada e votada no período de antes da ordem do dia”* (fim de citação).

Chamamos à atenção que a competência para dirigir os trabalhos tem subjacente o cumprimento da legalidade, e o uso dessa competência não pode ser dissociado deste princípio. Ao proceder como procedeu, o senhor presidente da câmara que está obrigado a assegurar o cumprimento da lei, foi quem a violou!

Esta circunstância é agravada pelo facto do senhor presidente, no dia anterior à reunião de câmara, ter assistido à apresentação da mesma moção na AM, também no período de antes da ordem do dia, e ter presenciado declarações de votos das diferentes bancadas.

Não temos memória de procedimento semelhante! Enquanto vereadores ou membros da AM, nunca ninguém ousou impedir-nos de emitir declarações de voto.

O senhor presidente da câmara tem hoje a oportunidade de se retratar e pedir desculpas aos vereadores do PSD-PPM, pelo sucedido. Se tal não acontecer, obviamente que retiraremos as devidas ilações.

Santo Tirso, 13 de Maio de 2014

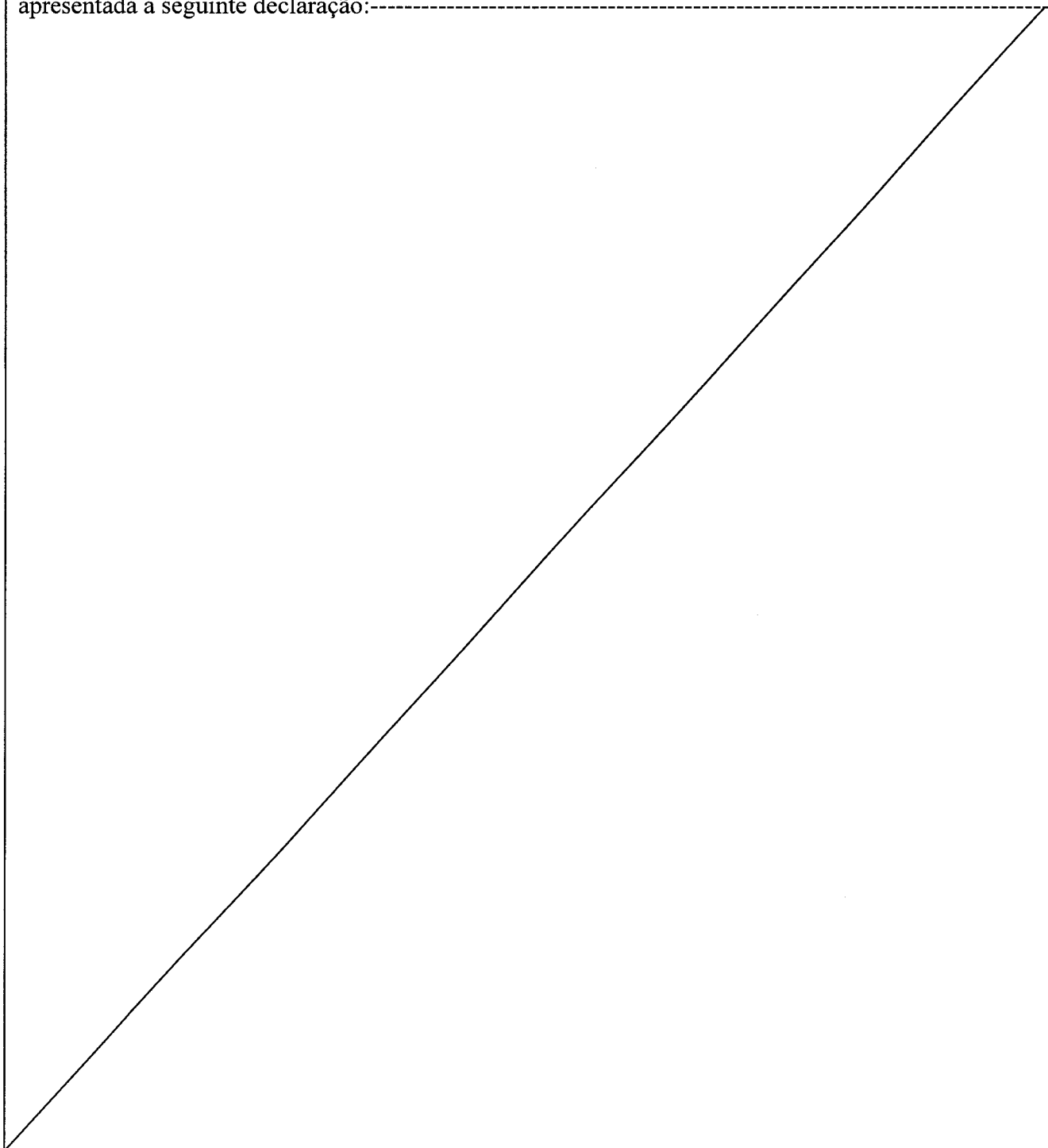
Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 10 Fl.10
13 de maio de 2014

c) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração:-----



Declaração Política



Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista vêm por este meio demonstrar a sua profunda indignação e voto de protesto quanto às declarações proferidas pelos Srs. Vereadores e pelos Srs. Membros da Assembleia Municipal do PSD em relação à abertura do procedimento para a formação do contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana. No nosso entender, as referidas declarações são ofensivas e ferem a ética política que deve regular as forças políticas em confronto.

O exercício dos cargos para os quais fomos eleitos deve ser encarado com seriedade. Não podemos cair na tentação de tentar distorcer a informação, apenas por motivações eleitoralistas, para lançar a dúvida e a suspeita nas populações. A política e os partidos políticos cada vez mais sentem o afastamento das pessoas e um dos principais motivos para essa realidade é sem dúvida o comportamento dos seus atores.

Mais uma vez, manifestamos a nossa vontade em que este mandato possa decorrer de uma forma correta, participada e respeitosa, entre maioria e minoria, mas para que isso seja uma realidade exige o comprometimento e o respeito mútuo entre as partes quanto à divergência política.

Quanto ao tema em questão esclarecemos o seguinte:

- O eventual prazo de vigência do contrato em questão será no nosso entender um equilíbrio justo, contrariamente ao que afirmam os Srs. Vereadores. O facto de o contrato ser apenas por 3 anos faria com que as entidades concorrentes fossem reflectir os custos de investimento a realizar num período de 3 anos o que tornaria o contrato bem mais oneroso para o Município.

Acresce que, embora a lei preveja que, regra geral, o prazo de vigência dos contratos seja de três anos, também a lei possibilita um prazo de vigência superior "se tal se revelar necessário ou conveniente em função da natureza das prestações objeto do contrato ou das condições da sua execução".

Muito embora os potenciais concorrentes tenham que estar aptos a prestar o serviço em causa, certo é que apenas se dotarão de todos os meios necessários à sua execução, nomeadamente técnicos e humanos, após a certeza da adjudicação do contrato.

E também é certo que quanto maior a estabilidade do contrato, cujo prazo de vigência que vier a constar do caderno de encargos será devidamente fundamentado, melhor se garantirá o equilíbrio entre o interesse público (a melhor qualidade do serviço a prestar pelo mais baixo preço) e o interesse particular.

Estes dois interesses não são concorrenciais, antes se complementam.

Sucedendo ainda, que a única coisa que estava em discussão era a abertura de um procedimento concursal (público e internacional) cujo contrato a celebrar terá encargos plurianuais, sendo por isso necessária prévia autorização da assembleia municipal.

- Afirmam os Srs. Vereadores que a principal preocupação do executivo deve ser a defesa do interesse público. Concordamos com a afirmação, mas não podemos deixar de questionar quem

defende o interesse público neste caso? Os edis do Partido Socialista que pretendem abrir um concurso em que os custos do investimento possam ser diluídos ao longo de um espaço temporal mais alargado, possibilitando assim obter propostas mais económicas para o Município? Ou os Srs. Vereadores do PSD/PPM que pretendem que o prazo do contrato seja apenas de 3 anos, mesmo sabendo que isso acarretaria custos bem superiores para o município?

As peças do respetivo procedimento estão ainda em elaboração e serão submetidas à apreciação e votação da câmara municipal.

Temos dificuldade em atender declarações feitas a despropósito, fora do contexto e inoportunas ...

Por fim, lembramos que o actual Governo PSD vem prossequindo com uma política de privatizações de sectores estratégicos para o País como, EDP, REN GALP, ANA, CTT, EGF e a concessão dos transportes públicos do Porto e Lisboa, que no nosso entender coloca em causa o interesse público. Nestes casos a duração das concessões ou a perda definitiva do controle, por parte do estado, destes sectores, parece ter causado alguma indiferença aos Srs. Vereadores.

Gostaríamos de ver os Srs. Vereadores do PSD/PPM manifestarem com coerência as suas opiniões independentemente de estarem no governo ou na oposição na Câmara. Continuaremos a pautar a nossa postura pelo diálogo, pela abertura e pela transparência, mas não deixaremos de responder com veemência sempre que o combate político resvale para a insinuação e má-fé.

Os edis eleitos nas listas do Partido Socialista

Santo Tirso, 13 de maio de 2014

Reunião : ORDINÁRIA



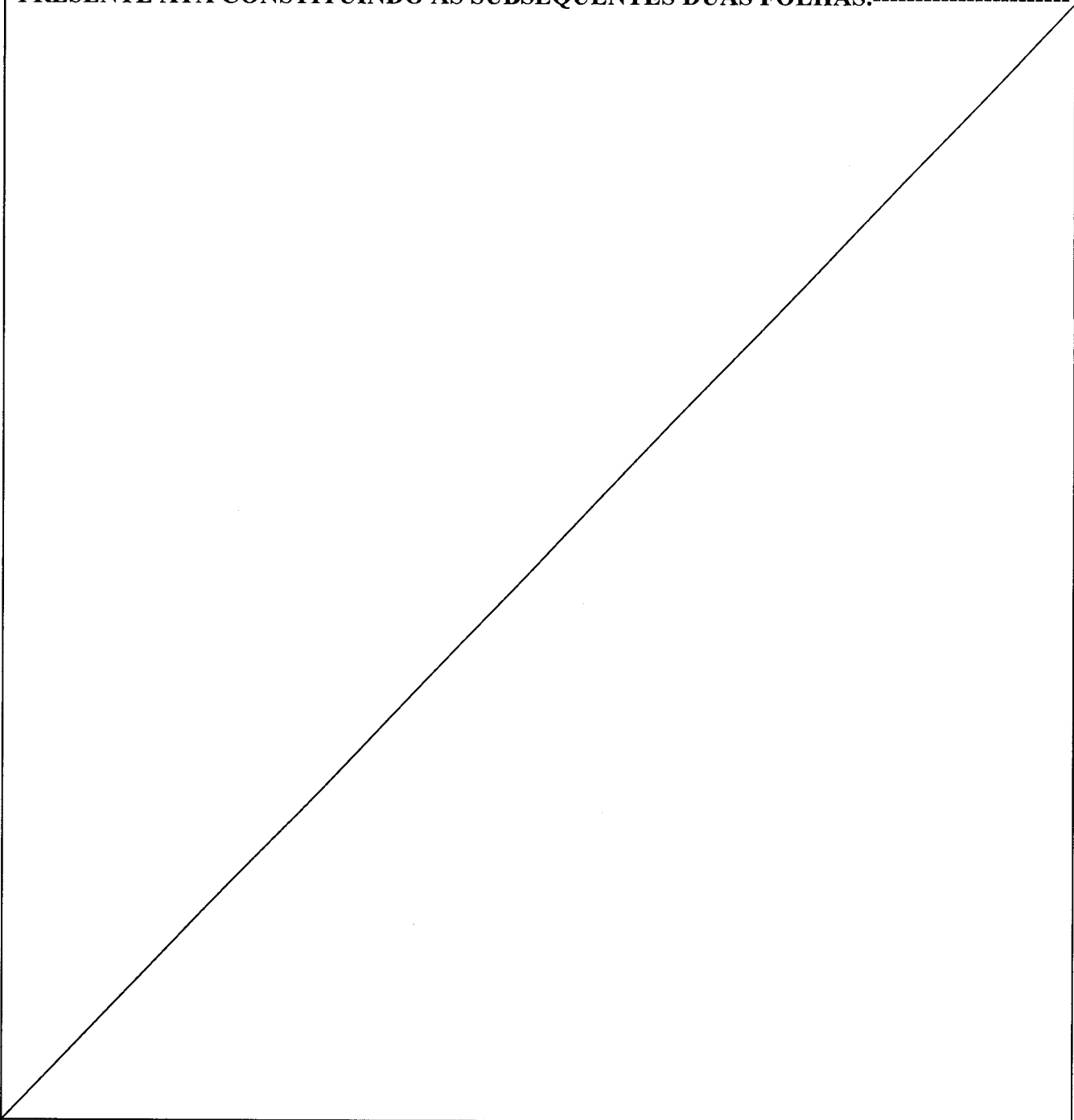
Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 10 Fl.13
13 de maio de 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13/MAIO/2014 – ATA Nº 10

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 29/04/2014
- 2 – Minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal de 28/04/2014: Conhecimento
- 3 – XXI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2014 – Adenda ao Protocolo celebrado com a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave em 28/12/2000: ratificação
- 4 – Dia Municipal do Bombeiro: Atribuição de Medalhas: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 5 – Empreitada: “Requalificação do Museu Abade Pedrosa -2ª fase”: Alteração do júri do procedimento: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 6 – Empreitada: “Requalificação do Museu Abade Pedrosa – Museu Internacional de Escultura contemporânea – 1ª fase”: Recurso administrativo apresentado pelo concorrente Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.: Decisão
- 7 – Empreitada: “Requalificação do Museu Abade Pedrosa – Museu Internacional de Escultura contemporânea – 1ª fase”: Aprovação da respetiva minuta do contrato
- 8 – Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) – “Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa / Museu Internacional de Escultura Contemporânea”: Ratificação
- 9 – Proposta de criação do conselho municipal da juventude
- 10 – Cedência de veículos Moto 4 às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Santo Tirso
- 11 – Proposta de atribuição de subsidio anual às Associações de Bombeiros do Concelho de Santo Tirso

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços

- Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a fiscalização da empreitada “Requalificação do Museu Abade Pedrosa – Museu Internacional de Escultura Contemporânea – 1ª fase”
- Celebração de contrato de prestação de serviços de transporte de crianças – Evento Dia Mundial da Criança
- Celebração de contrato de prestação de serviços de transporte de crianças – Visita de estudo do Agrupamento Tomaz Pelayo

Santo Tirso, 8 de maio de 2014

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (29/04/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e nove de abril findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com quatro votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM. Absteve-se o senhor vereador Eng.º Manuel Luciano da Costa Gomes, declarando que o fazia por não ter estado presente na última reunião.-----

Os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram desfavoravelmente a alteração da ata relativamente ao que constava da respetiva minuta, proposta pelo senhor presidente da câmara, na parte respeitante ao período de antes da ordem do dia, proposta que merece o nosso mais veemente repúdio, porque abre um precedente perigoso. Na verdade o senhor presidente está a incorporar na ata não aquilo que ditou para a mesma, mas algumas considerações marginais, que retratam parcial, cirurgicamente e de forma seletiva, aquilo que aqui foi dito. É lamentável que o senhor presidente da câmara, que tem a obrigação, de acordo com a lei, de garantir o cumprimento da lei e as regularidades das reuniões, que seja quem a viola. E fá-lo para defesa exclusiva dos seus próprios interesses. Na reunião de câmara, o senhor presidente usando da lei do “quero, posso e mando”, efetivamente impediu, em voz alta, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM de fazerem a declaração de voto a que tinha direito e que decorre da obrigação que têm enquanto autarcas.-----

É verdade que depois dos protestos, e até duma grave alteração entre o senhor presidente



e o vereador Alírio Canceles, o senhor presidente, em tom jocoso, e numa falsa perceção de condescendência, quase divinal, disse e cito *“Pronto, senhor vereador, faça lá a sua declaração de voto”*. A resposta foi pronta da nossa parte, nomeadamente do senhor vereador Alírio Canceles, quando referiu que isto era uma reunião de câmara e não uma brincadeira e por isso não estávamos disponíveis para participar nesse tipo de brincadeira.-----

É também verdade que aquando da discussão da Moção, foram dadas todas as explicações, e garantias, socorrendo-nos dum infomail do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, que não estavam em causa encerramento de Serviços no Hospital de Santo Tirso e no Centro Hospitalar do Médio Ave, e muito menos o encerramento da maternidade. Foi também afirmando que relativamente à maternidade, que encerrou há vários anos em Santo Tirso, que o senhor presidente da câmara subscreveu o documento técnico que fundamentava o encerramento das maternidades, nomeadamente a maternidade do Hospital de Santo Tirso, e nada fez, que relativamente à maternidade, quer relativamente ao esvaziamento de serviços que ocorreu em Santo Tirso, no Centro Hospitalar do Médio Ave. Foram precisamente estas declarações que o senhor presidente esqueceu, que motivaram a recusa do direito que os vereadores tinham em emitir a respetiva declaração de voto. Não podemos deixar de manifestar a nossa perplexidade porque uma alteração à ata deste tipo nunca tinha anteriormente ocorrido. E entendemos que face ao que de grave aqui hoje se passou, que estas reuniões devem ser gravadas e que essas gravações sejam repercutidas nas atas. Pois só assim se poderá ir de encontro áquilo que o senhor presidente defendeu que é ter atas que traduzam efetivamente o que aqui se diz. Não defendemos medidas casuísticas nem alimentamos pequenos interesses”.-----

Seguidamente pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente pois a ata reflete fielmente o que se passou na reunião de vinte e nove de abril, com a alteração introduzida, relativamente ao que constava da minuta, e que não foi

contestada na sua veracidade. De facto, os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM, pela voz do primeiro eleito na câmara municipal, não quis fazer a declaração de voto e preferiu fazer um protesto despropositado.-----

Lamentamos e protestamos mais uma vez pela linguagem e qualificativos utilizados e pelas acusações infundadas feitas pelos senhores vereadores do PPD/PSD.PPM. Não é esse o nosso modo de fazer política. Não colhe a opinião manifestada de que a minha indicação, enquanto presidente da referida reunião, para que o senhor vereador fizesse a declaração de voto, era para não levar em conta. Na discussão da Moção ficou claro que, enquanto deputado na Assembleia da República, entre 2005 e 2009, subscrevi um documento político contra o encerramento da maternidade de Santo Tirso. Finalmente aquilo que se passou na reunião de vinte e nove de abril está bem expresso, objetivamente, na ata aprovada.”-----



A

9

2. MINUTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28/04/2014: CONHECIMENTO.-----

Presente a minuta da ata da sessão ordinária da assembleia municipal realizada no dia vinte e oito de abril findo, na qual foi aprovado o seguinte:-----

- Apreciação favorável dos documentos de prestação de contas da câmara municipal relativos à gerência de dois mil e treze;-----
- Apreciação favorável dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento relativos à gerência de dois mil e treze;-----
- Aprovação das contas consolidadas;-----
- Retificação da deliberação da assembleia municipal de trinta de abril de dois mil e treze (item 12) relativa à 2ª e 3ª alterações ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;-----
- 4ª Alteração (artigos 5º e 7º) ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;-----
- Aprovação da composição do júri de recrutamento para titular de cargo de direção intermédia (chefe da divisão de empreitadas);-----
- Autorização para a assunção de compromissos plurianuais com a celebração de contrato de prestação de serviços de auditoria externa às contas do município;-----
- Autorização para a abertura de procedimento concursal e assunção de compromissos plurianuais com a celebração de contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana;-----
- Autorização para assunção de compromissos plurianuais com a celebração de contratos de prestação de serviços tendo por objeto prestação de assessoria à câmara municipal para implementação e gestão do projeto “iMOD – Inovação, Moda e Design”;-----
- Autorização para assunção de compromissos plurianuais com a celebração de contrato



[Handwritten signature]

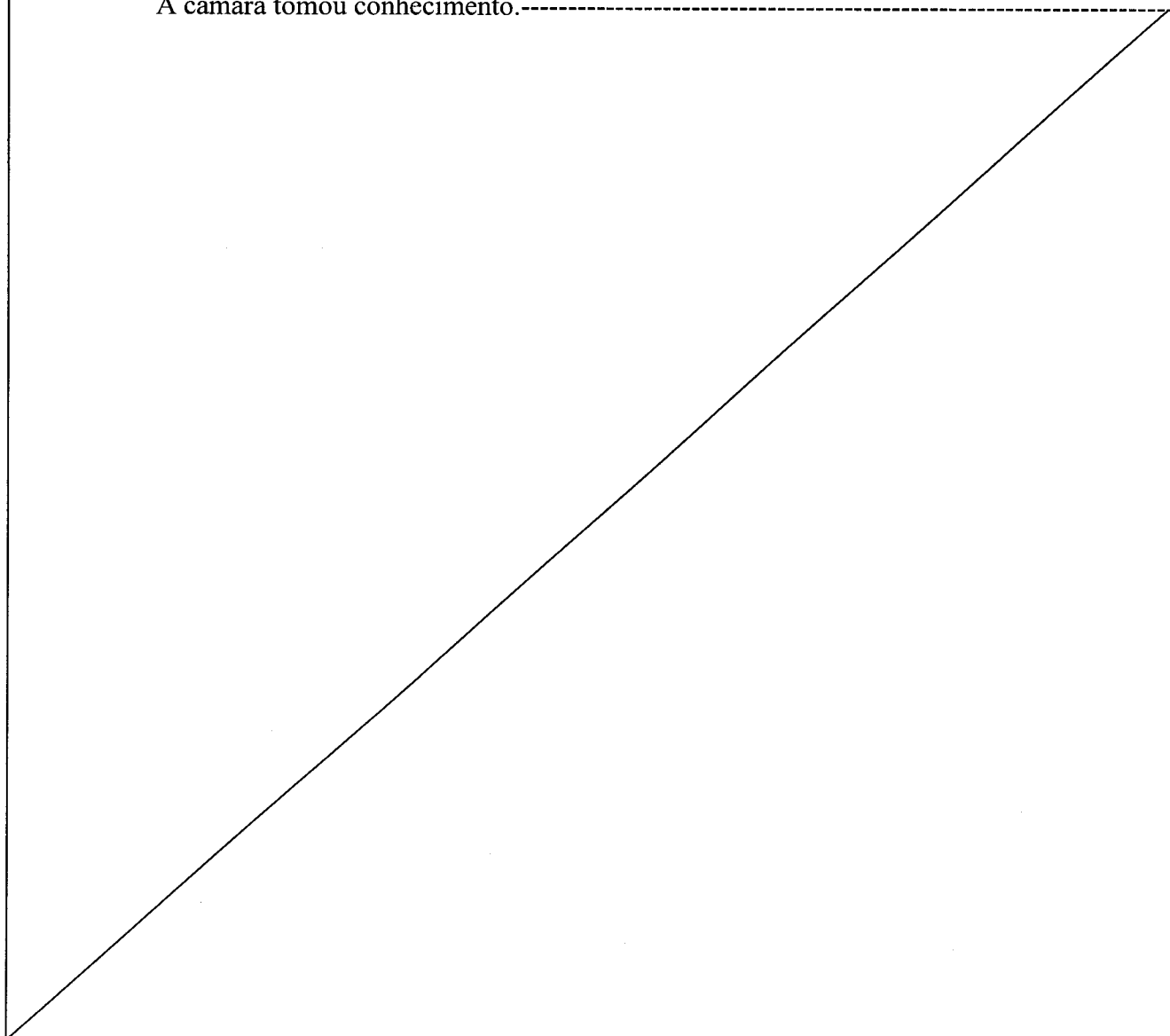
[Handwritten signature]

de prestação de serviços tendo por objeto a limpeza do edifício da Central de Camionagem;-----

- Atribuição de subsídio à junta de freguesia de Vilarinho para aquisição de placas toponímicas;-----

- Ratificação das deliberações da câmara municipal de cinco e dezoito de março último, que decidiram atribuir um subsídio às juntas de freguesia da Reguenga (reconstrução de muro de suporte na Travessa da Liberdade) e Vila das Aves (Festas da Vila).-----

A câmara tomou conhecimento.-----





**3. XXI FESTIVAL INTERNACIONAL DE GUITARRA SANTO TIRSO/2014:
ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A ARTAVE – ESCOLA PROFISSIONAL
ARTÍSTICA DO VALE DO AVE EM 28/12/2000: RATIFICAÇÃO.-----**

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Na alínea c) da cláusula terceira do protocolo celebrado entre a câmara municipal de Santo Tirso e a ARTAVE – Escola Profissional Artística do Vale do Ave, aprovado em reunião da câmara municipal de vinte e oito de dezembro de dois mil, ficou prevista a possibilidade de o Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso se organizar em parceria com aquela Escola;-----

As condições dessa parceria seriam estabelecidas, anualmente, por despacho do presidente da câmara municipal.-----

Considerando que o aludido protocolo foi aprovado pelo órgão executivo, e que o evento em causa acarreta custos financeiros para o município, submete-se à ratificação da câmara municipal a Adenda ao Protocolo atrás referido, celebrada no dia onze de abril findo, que estabeleceu os termos da organização do XXI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso/2014, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, composto por quatro folhas.-----

O orçamento para o ano em curso daquele evento é de 42.058,83 € (quarenta e dois mil e cinquenta e oito euros e oitenta e três cêntimos), participado pela câmara municipal com a quantia de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros), despesa que tem cabimento orçamental na rubrica com a classificação económica 02022009, conforme proposta de cabimento 864/2014.-----

De harmonia com o previsto no n.º 2 da cláusula sexta, as receitas de bilheteira dos espetáculos e dos cursos revertem a favor da ARTAVE, obrigando-se esta a disponibilizar à câmara municipal 20% (vinte por cento) dos totais dos bilhetes relativo à lotação de cada uma das salas onde se realizem os eventos.-----

O compromisso assumido pelo município com o pagamento daquela importância, a



efetuar diretamente ao INFORARTIS – Instituto de Formação Artística do Vale do Ave, conforme está previsto na cláusula sétima da dita Adenda, está registado no sistema de contabilidade com o número de compromisso 996/2014, de dois de abril.-----

A câmara municipal deliberou ratificar a Adenda ao aludido Protocolo, que estabelece os termos da organização do XXI Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso.-----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.-----



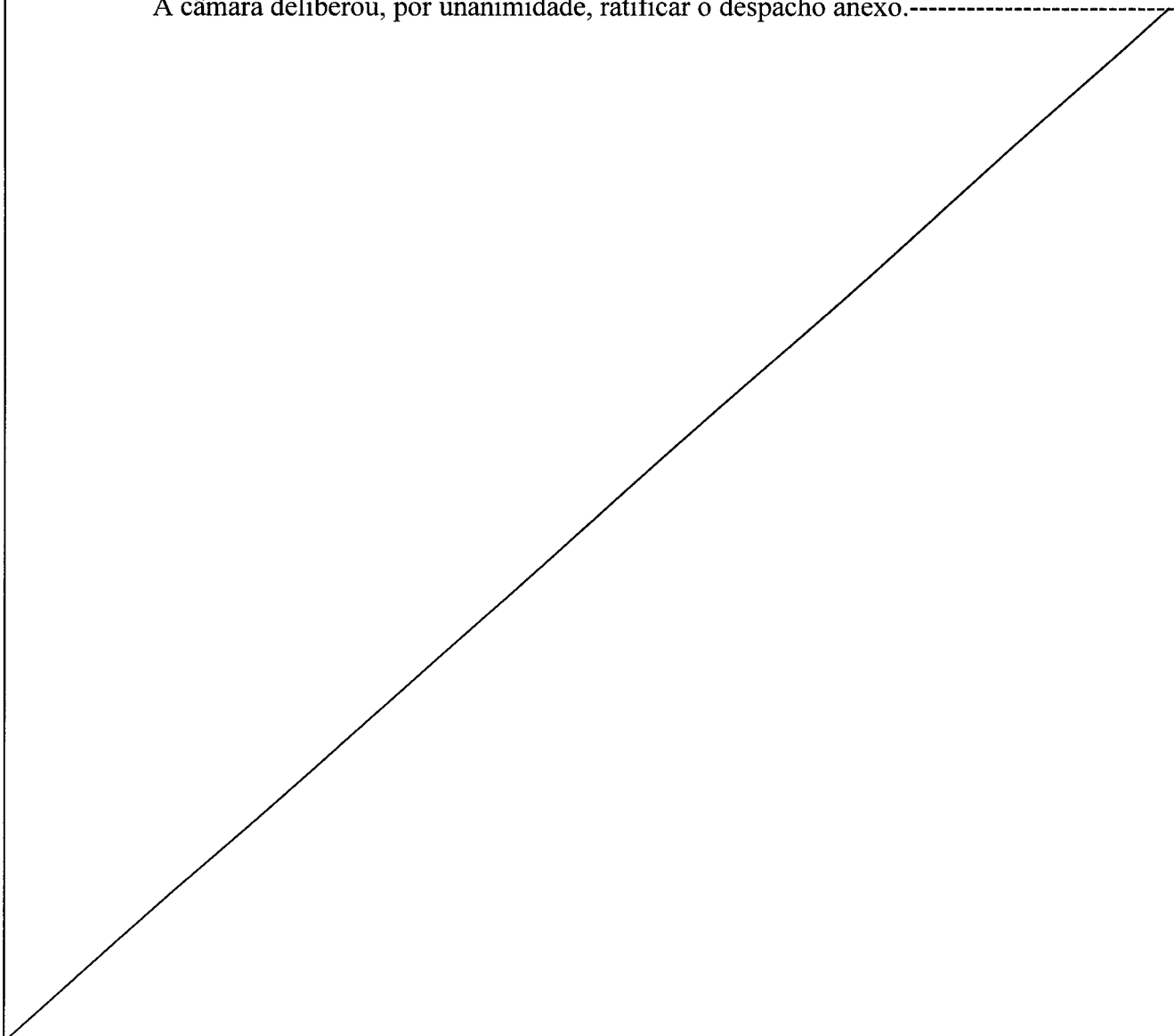
A

7

**4. DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO: ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS:
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**


Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de sete do corrente mês de maio, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas, que decidiu atribuir Medalhas aos bombeiros do município, com a fundamentação constante do aludido despacho.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho anexo.-----



DESPACHO

24



Dia Municipal do Bombeiro – Atribuição de Medalhas

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido, de harmonia com o estipulado no artº 4º, nº 9 do Regulamento de Concessão de Regalias aos Bombeiros do Município de Santo Tirso, conceder as seguintes atribuições honoríficas aos bombeiros das corporações de Bombeiros do concelho de Santo Tirso, com a seguinte fundamentação:-----

Considerando que o trabalho dos bombeiros voluntários, e dirigentes das respetivas associações, deve ser objeto de incondicional reconhecimento por parte da comunidade e suas instituições;-----

Considerando que o n.º 9 do artigo 4º do aludido Regulamento prevê que as distinções honoríficas a conceder pela câmara municipal devem ser precedidas de propostas, sugestões ou indicações da direção das respetivas entidades detentoras das corporações de bombeiros;-----

Foi decidido celebrar o Dia Municipal do Bombeiro no próximo dia 10 do corrente mês de maio, sendo que as Medalhas atribuídas pela câmara municipal são entregues nesse dia;-----

Não é possível, até àquela data, reunir extraordinariamente a câmara municipal;-----

As atribuições honoríficas em causa consideram-se justas e a entrega das correspondentes medalhas em dia diferente do Dia Municipal do Bombeiro ficaria esvaziada do reconhecimento público do papel fundamental dos bombeiros que lhe está associado;-----

Em anos anteriores, todas as propostas de atribuição de medalhas aos Bombeiros apresentadas à câmara municipal mereceram votação unânime;---

Pelo que, decido fazer uso daquela competência excecional, nos seguintes termos:-----

A) MEDALHAS DE SERVIÇOS DISTINTOS:-----

- A Cristina Mariana Ferreira Pinto Guimarães, bombeira de 2ª, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses. A agraciada ingressou no Corpo de Bombeiros desta Associação em 21 de janeiro de 1994, tendo sido distinguida pela Liga dos Bombeiros Portugueses, em março de 2005, com a



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

25

Medalha de Assiduidade Grau Prata, é responsável pelo departamento de saúde do respetivo Corpo de Bombeiros e integra diariamente o respetivo piquete noturno, sendo considerada um pilar basilar no desenvolvimento da atividade do mesmo Corpo de Bombeiros, contribuindo de forma empenhada para a exemplar execução das suas missões;-----

- Artur Nascimento Fernandes Carneiro, diretor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, funções que vem exercendo com grande dedicação, tendo colaborado na construção do Novo Quartel e é atualmente responsável pelo funcionamento e manutenção da área eletromecânica.-----

B) MEDALHAS DE MÉRITO E DEDICAÇÃO:-----

GRAU PRATA (25 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO):-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TIRSENSES.-----

- Silvino Borges Rodrigues, Diretor;-----
- José Alberto Pimenta Azevedo, Subchefe;-----
- Carlos José Araújo Godinho, Bombeiro 2ª;-----
- Paulo Renato Moreira Machado, Bombeiro 2ª;-----
- José Manuel de Jesus Ferreira, Bombeiro 3ª-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO.-----

- Vitor Manuel Moura Gouveia, Bombeiro 1ª;-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES.-----

- Paulo Jorge Martins Ferreira, Chefe;-----

GRAU BRONZE (15 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO):-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS TIRSENSES.-----

- Dr. Joaquim Martins de Almeida, Presidente da Mesa da Assembleia Geral;-
- Eng. Manuel Luciano da Costa Gomes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral (funções que termina no dia 10 do corrente mês de maio);-----
- Dr. Rui Miguel Castelar Oliveira, Membro da Assembleia Geral;-----
- José Maria Pinheiro, Ex. Secretário da Mesa da Assembleia Geral (funções que exerceu até 2012);-----

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Controlo Particular,
Ação Social e Atendimento
Geral e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

26

- Eng.º José Carlos Azevedo Pereira, Presidente Conselho Fiscal;-----
- Armindo Teixeira Borges, Membro do Conselho Fiscal;-----
- Dr. Carlos Oliveira, Presidente da Direção;-----
- Norberto Paulo Freitas Sampaio, Vice-Presidente da Direção;-----
- Joaquim Machado Fernandes, Diretor;-----
- José dos Santos Pinto, Diretor;-----
- Eduardo Carneiro Martins, Ex. Diretor (funções que exerceu até 2010);-----
- Vítor José Martins Pinto, 2º Comandante;-----
- Tiago Manuel Pinheiro de Miranda, Adjunto de Comando;-----
- Cláudia Cristina da Silva Carlos, Bombeira 2ª;-----
- Carlos Manuel Magalhães da Costa, Bombeiro 3ª.-----
- BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO.-----
- José Manuel Ribeiro da Silva, Bombeiro 1ª;-----
- Hélder Jesus Moreira Marques, Bombeiro 1ª;-----
- Márcia Cristina Carneiro Gonçalves, Bombeira 1ª;-----
- Cristiano Licério Barros Silva, Bombeiro 2ª.-----

Dar conhecimento aos serviços responsáveis pela organização do Dia Municipal do Bombeiro e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 07 de Maio de 2014

O Presidente,

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Atendimento
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras



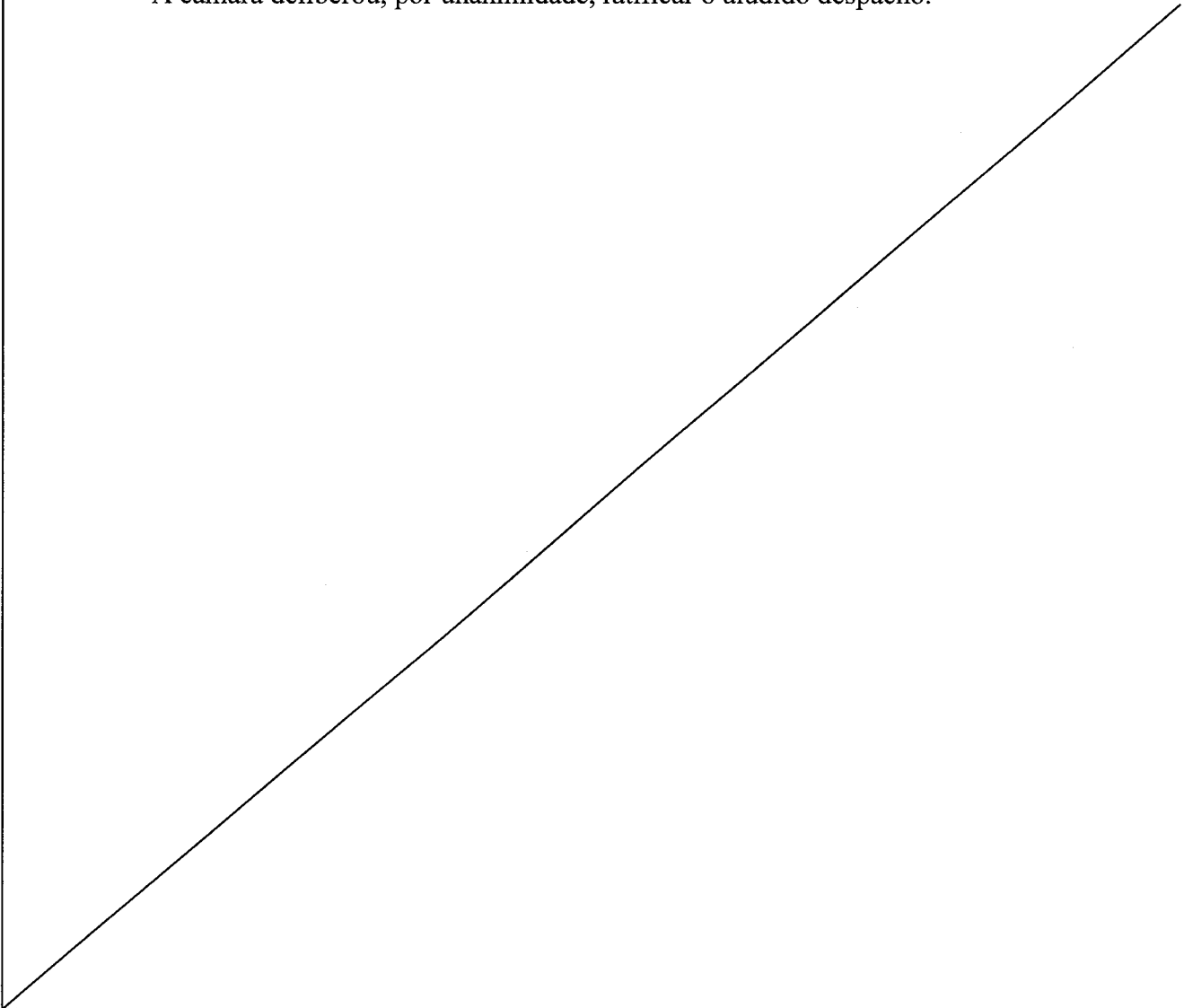
[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

5. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ABADE PEDROSA -2ª FASE”: ALTERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dois do corrente mês de maio, registado com o número quatro mil setecentos e noventa e oito, que decidiu alterar a composição do júri do procedimento relativo à empreitada acima referida, nos termos que constam da informação que fundamenta aquele despacho.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----



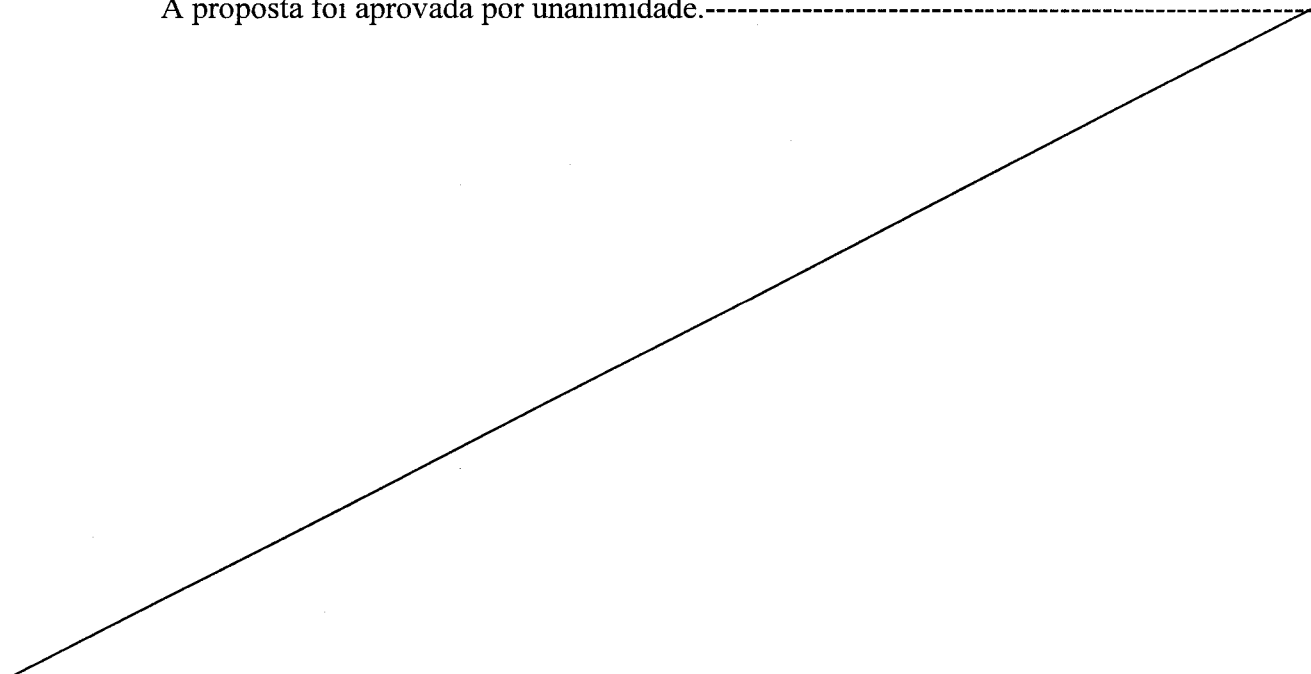


6. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ABADE PEDROSA – MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA – 1ª FASE”: RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELO CONCORRENTE CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.: DECISÃO.-----

Presente recurso administrativo do concorrente Construções Gabriel A.S. Couto, S.A., datado de vinte e quatro de abril findo, registado no Sistema de Gestão Documental com o número quatro mil quatrocentos e vinte três, das propostas de decisão que o relatório final do júri do procedimento, de trinta de dezembro último, incorpora, e que fundamentou a decisão de adjudicação constante de despacho do presidente da câmara de quinze de abril findo, ratificado por deliberação da câmara municipal de vinte e nove do mesmo mês de abril.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, com fundamento na informação jurídica que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes nove folhas, deliberasse indeferir o recurso administrativo apresentado, por manifesta falta de fundamento legal, mantendo-se a decisão de adjudicação e seguindo-se os ulteriores atos com vista à celebração do contrato de empreitada.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Informação técnica

Empreitada: concurso Público para a adjudicação da “Requalificação do Museu Abade pedrosa – Museu Internacional da Escultura Contemporânea – 1ª fase”

Assunto: Recurso administrativo de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

O concorrente, devidamente notificado em 16/04/2014, do relatório final do júri e do ato de adjudicação da empreitada, veio apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, das propostas de decisão que o relatório final incorpora.

Os contra interessados forma notificados, nos termos do disposto no ratigo 273º, do CCP, para, querendo, se pronunciarem.

Devidamente notificados, nada disseram.

O júri manteve a mesma posição constante do relatório final.

Posto isto:

A proposta de decisão em causa consiste na adjudicação da empreitada ao concorrente nº 12 – **Cari - Construções, SA.**

Tal como decorre do disposto no art. 877º, nº 1 e 3 do CCP a decisão de adjudicação é notificada, simultaneamente, a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise de propostas.

Pelo que, salvo melhor opinião, a proposta de adjudicação e que é objeto de recurso encontra-se completamente esgotada, não sendo, por isso, um ato impugnável administrativamente.

Contudo, dado que a deliberação de adjudicação adere ao relatório final, na pratica, a impugnação da proposta de decisão equivale à impugnação do ato de adjudicação, razão pela qual, passaremos à sua análise.

I- Da falta de interesse em agir:

A “recorrente” ficou classificado em oitavo lugar.

Pelo presente recurso pretende a exclusão e ou alteração da avaliação das propostas que ficaram classificadas em 1º, 2º, 3º, 5º e 7º lugar. Sendo certo que, em momento algum, alegou fatos suscetíveis de fazer alterar a sua avaliação.

Assim sendo, por mera hipótese académica, se tivesse razão (e não tem), a Recorrente nunca ficaria classificada em primeiro lugar, ficaria em terceiro lugar, pois que, à sua frente, ficariam os concorrentes nº 20 (**Ferreira Construções, SA**) e 27 (**Construções Ar-Lindo, SA**).

Não tem o recorrente um interesse direto e pessoal, nos termos do disposto no art. 55º do CPTA.

Pelo que, não tem a Recorrente qualquer interesse em agir e ou legitimidade para impugnar o ato em causa.

Sempre:

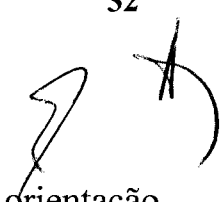
II- Dos alegados vícios e ou incongruências:

A recorrente apresenta, no essencial, os mesmos argumentos já, por si, utilizados em sede audiência prévia, em consequência do relatório preliminar.

Ora, o relatório final está muito bem fundamentado, tendo dado resposta de uma forma cabal e clara, a todas as questões colocadas ou levantadas pelo ora Recorrente, pelo que, adere-se na íntegra ao seu teor e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

Com o devido o respeito, a Recorrente não leu e ou não quis entender o constante no relatório final, pois que continua a laborar nos mesmos erros de raciocínio, nomeadamente, confundindo o diretor técnico da obra com o representante permanente do empreiteiro em obra e as habilitações profissionais com as literárias.

O diretor técnico da obra e o representante perante em obra são duas pessoas distintas. Para tal verificar, basta ler a alínea f) do ponto 9.1 do



Programa de Procedimento, quando diz que os responsáveis pela orientação da obra são, designadamente, o diretor técnico da empreitada, o técnico de segurança, higiene e saúde no trabalho e o representante permanente do empreiteiro em obra.

Apenas em relação ao diretor técnico da empreitada, o caderno de encargos exige (capítulo IV, cláusula 33º), a qualificação mínima de Eng. Técnico Civil. Tal não é exigido, em relação ao representante permanente em obra. Aliás, tal seria uma exigência desproporcional, pois como sabemos, na maioria das vezes, tal pessoa corresponde ao encarregado que está a conduzir os trabalhos no local sob a orientação do diretor técnico nomeado, pelo que, na tese da Recorrente, teríamos um Engenheiro Civil a orientar outro Engenheiro Civil – não é razoável.

Assim sendo, em relação ao representante permanente em obra, não é exigida a qualificação mínima de engenheiro civil, pelo que, carece a Recorrente de razão, quando invoca que o representante permanente indicado pelo concorrente **CARI**, apresentou uma declaração da ANET caducada.

Tal declaração é irrelevante, pois que, conforme o já dito, em relação ao representante perante não é exigível a qualidade de engenheiro. Sendo certo que, o concorrente em causa apresentou um certificado de aptidão profissional homologado pelo IDICT sob o nº 691/2005 e o curriculum, pelo que, entendeu, e bem, o júri que foram apresentados documentos de habilitação profissional suficientes para o exercício das funções de representante permanente em obra.

Aliás, em anterior concurso público desta câmara, foi excluída uma proposta devido à falta de apresentação do certificado de habilitação profissional do diretor técnico da obra. O concorrente excluído impugnou judicialmente e obteve êxito, tendo o STA anulado a decisão exclusão, conforme duto acórdão que aqui se transcreve o sumário:

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo	
Processo:	0846/12
Data do Acórdão:	30-01-2013
Tribunal:	I SUBSECÇÃO DO CA
Relator:	RUI BOTELHO
Descritores:	CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS EXCLUSÃO DE CONCORRENTE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
Sumário:	I - No CCP não existe acto público do concurso, estando a matéria relativa à admissão e exclusão de concorrentes e de propostas reservada para o relatório preliminar do júri, após a respectiva análise. II - A não apresentação de um documento exigido no programa do concurso como necessário à execução da obra não pode, só por si, determinar a exclusão preliminar de um concorrente sem análise da respectiva proposta, pois que só em sede de habilitação de adjudicatário está prevista a obrigatoriedade dessa apresentação (ver art. 81º).
Nº Convencional:	JSTA00068085
Nº do Documento:	SA1201301300846
Data de Entrada:	03-12-2012
Recorrente:	A..., LDA
Recorrido 1:	MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO
Votação:	UNANIMIDADE
Meio Processual:	REC JURISDICIONAL
Objecto:	AC TCA NORTE DE 2012/05/10
Decisão:	PROVIDO
Área Temática 1:	DIR ADM CONT - REC REVISTA EXCEPC
Legislação Nacional:	CCP ART57 ART81
Jurisprudência Nacional:	AC STA PROC795/10 DE 2010/11/04

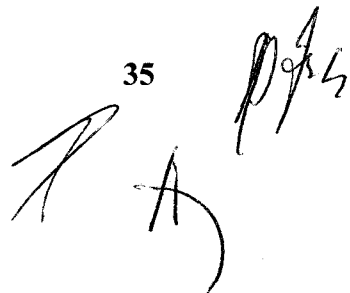
Assim sendo:

Tem, pois, de improceder a argumentação do recorrente em relação ao concorrente CARI.

Em relação à proposta classificada em segundo lugar (**Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda**), a Recorrente invoca que o diretor técnico da obra apresenta apenas a declaração da Ordem dos Engenheiros e não apresenta o certificado de habilitações literárias (Académicas).

Entendeu, e bem, o Júri que o exigido pela al. f) do ponto 9.1 do programa de procedimento é o comprovativo das habilitações profissionais e não de habilitações literárias. Ora, o exercício da profissão de Engenheiro implica por lei, a inscrição como membro da Ordem dos Engenheiros (art. 3º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros), aprovado pelo D.L. nº 119/91, de 30/06, pelo que, salvo melhor opinião, encontra-se comprovado, por documento bastante e suficiente, as habilitações profissionais do diretor técnico da obra. Em relação ao Técnico de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho, o concorrente apresentou o certificado de aptidão profissional (CAP), pelo que, entendeu e bem o júri que o técnico reunia a aptidão profissional para o exercício dessa função. Salvo melhor opinião, o CAP é documento bastante e suficiente para comprovar a aptidão profissional, sendo certo que, ao contrário do invocado, tal comprovação não se faz com o certificado de habilitações literárias (académicas), pois, pode-se ter o curso e não estar apto ao exercício da profissão – veja-se, por exemplo, o caso dos advogados.

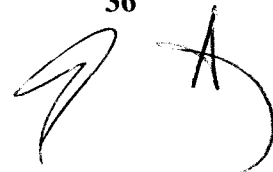
Pelo que, a avaliação do júri não pode ser posta em causa e consequentemente tem de improceder a argumentação da Recorrente.



Em relação à proposta classificada em terceiro lugar (**ANORTE – Construção e Engenharia, Lda**), a recorrente repete os mesmo argumentos que tinha deduzido em relação ao concorrente nº 5 (**Gabinete Técnico de Ribeirão**), pelo que, dá-se aqui por reproduzida a defesa já acima aduzida, ou seja, o documento comprovativo de inscrição na ordem dos engenheiros é título suficiente e bastante para comprovar a aptidão profissional de engenheiro civil e que, em relação ao representante permanente em obra não é exigida a comprovação das habilitações literárias, mas sim a aptidão profissional, pelo que o certificado de formação profissional de encarregado e fiscal de obra junto pelo concorrente e emitido pelo CICCOPN, de acordo com o DL nº 95/92 de 23/05, Dec. Reg. nº 68/94, de 26/11 e Dec. Reg. nº 35/2002, de 23/04, é título suficiente e bastante para tal comprovar.

Não tem, pois, a recorrente qualquer razão, pelo que, tem de improceder a sua argumentação.

Em relação ao concorrente **Telhabel, Construções, SA**, mais uma vez, a Recorrente confunde diretor técnico da empreitada com o representante permanente em obra. Conforme o já dito, trata-se de dois técnicos distintos, sendo que, em relação ao segundo não é exigido a qualificação mínima de engenheiro civil. Sendo certo que, a concorrente comprovou a aptidão profissional de engenheiro civil do diretor técnico da obra e do seu representante permanente em obra.



Pelo que, carece mais uma vez de razão a Recorrente, pelo tem de improceder a sua argumentação.

Quanto ao concorrente nº 28 – **Arlindo Correia & Filhos** - a Recorrente invoca que o concorrente não apresentou o certificado de habilitações profissionais do técnico de qualidade / ambiente. Não se entende a reclamação, porque não é exigida a indicação de técnico de qualidade / ambiente e por conseguinte não era exigido a apresentação de qualquer certificado de habilitações profissionais.

Por manifesta falta de fundamento, tem de improceder, também, este argumento.

Posto isto:

O júri fez um excelente trabalho de avaliação e, que se encontra devidamente fundamentado, sendo compreensível, a qualquer cidadão normal, o caminho percorrido pelo júri para atribuir a classificação a cada uma das propostas.

Termina a recorrente o seu, douto, recurso, argumentando que a sua proposta é mais baixa e que possibilitaria a poupança de 5,5%, mas esqueceu-se que o critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais favorável e não do preço mais baixo.

CONCLUSÃO:

O Recurso deve ser indeferido por manifesta falta de fundamento legal e de fato, devendo-se manter a decisão de adjudicação, seguindo-se os ulteriores atos com vista à celebração do contrato de empreitada.

Santo Tirso, 12 de Maio de 2014.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized first name followed by a surname, written in a cursive script.



7. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ABADE PEDROSA – MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA – 1ª FASE”: APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA DO CONTRATO.-----

Presente a minuta do contrato da empreitada acima referida, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por cinquenta e quatro folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.--

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do contrato anexa.-----

A minuta foi aprovada por unanimidade.-----



A

X

8. CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE (ON.2) – “REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA / MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA”: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação do Departamento de Planeamento e Ambiente, de oito do corrente mês de maio, registada no Sistema de Gestão Documental com o número quatro mil novecentos e sete, a comunicar que a candidatura designada “Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa / Museu Internacional de Escultura Contemporânea” (Processo n.º NORTE-09-0347-FEDER-000299) foi aprovada por deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte, de vinte e oito de março último, conforme ofício daquela entidade de seis do corrente mês de maio, registado com o número quatro mil oitocentos e trinta, que remete desde já o respetivo Contrato de Financiamento.-----

O custo total elegível da operação é de 4.567.969,36 € (quatro milhões quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e sessenta e nove euros e trinta e seis cêntimos) a que corresponde uma comparticipação FEDER de 85% (oitenta e cinco por cento), correspondente ao montante de 3.882.773,69 € (três milhões oitocentos e oitenta e dois mil setecentos e setenta e três euros e sessenta e nove cêntimos).-----

O município assegura a contrapartida nacional no montante de 685.195,40 € (seiscentos e oitenta e cinco mil cento e noventa e cinco euros e quarenta cêntimos), correspondente a 15% (quinze por cento) do custo elegível, e inclui empreitada, aquisição de equipamento, aquisição de serviços (projetos e fiscalização da obra) e a realização de atividades imateriais (exposições e outros eventos).

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e ratificasse o aludido Contrato de Financiamento, nos seus precisos termos, que fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por dez folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

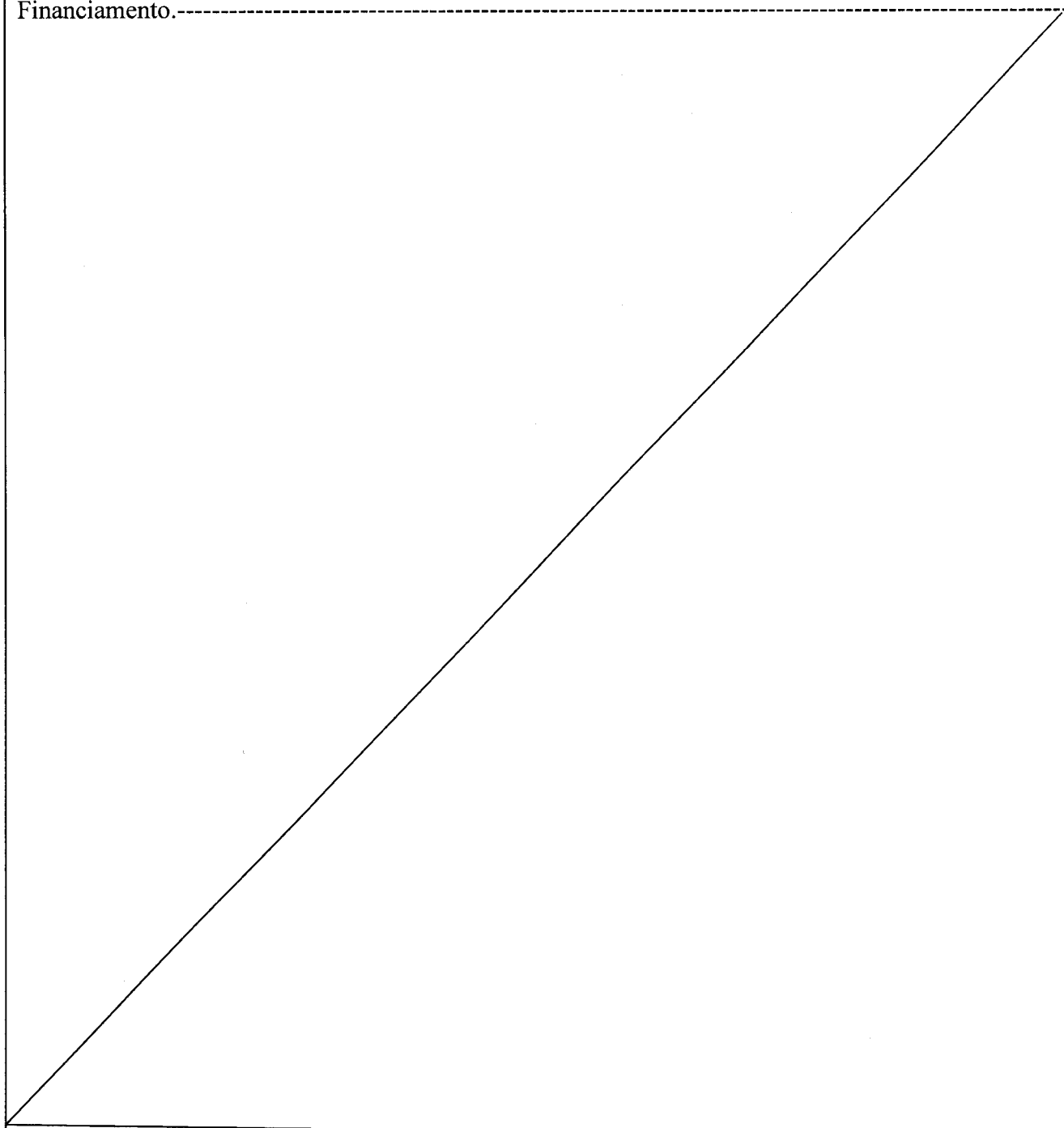
Ata N.º 10 Fl. 40
13 de maio de 2014

A

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a flourish.

secretariou a presente reunião.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido Contrato de Financiamento.-----





A

9. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE.----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que a Câmara Municipal de Santo Tirso reconhece a importância do papel dos jovens no desenvolvimento de uma sociedade mais próxima dos cidadãos;-----

Considerando que a Câmara Municipal de Santo Tirso, no exercício da sua atividade, procura, promover a implicação democrática e participação cívica dos jovens, na definição de políticas setoriais e transversais a todas as áreas que, de uma forma ou de outra, são basilares para uma boa definição de uma política municipal de juventude;-----

Em conformidade, o Plano Anual de Atividades para 2014, aprovado pela assembleia municipal de Santo Tirso, prevê a intenção de aprovação de um orçamento participativo jovem e medidas de incentivo e apoio à atividade associativa juvenil;-----

Para o efeito mostra-se relevante, se não essencial, a criação do conselho municipal de juventude, órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude, cuja composição, competências e regras de funcionamento está prevista na Lei 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 6/2012, de 10 de fevereiro;-----

Com a criação do Conselho Municipal da Juventude de Santo Tirso, pretende-se proporcionar aos jovens munícipes um espaço aberto ao debate e partilha de opiniões;-----

Considerando que a Câmara Municipal entende que as atividades dirigidas aos jovens devem envolvê-los, não só na sua execução, mas também na fase de definição, planificação e preparação, promovendo a sua participação ativa e o seu gosto pela cidadania e democracia participativa;-----

Considerando que este órgão, assenta na lógica da ação participativa do poder local na causa das políticas municipais da juventude, que deve orientar-se pelos princípios que enformam a lógica do estabelecimento de parcerias, num exercício democrático com vista à articulação e coordenação com outras políticas setoriais, nomeadamente nas áreas de emprego e formação



A

7

profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social, como um contributo matricial para o desenvolvimento e a coesão social;-----

Considerando o disposto na referida Lei 8/2009; -----

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude; -----

Dispõe o artigo 4º daquele diploma legal que:-----

“A composição do conselho municipal de juventude é a seguinte:-----

- a) O presidente da câmara municipal, que preside;-----*
- b) Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal;-----*
- c) O representante do município no conselho regional de juventude;-----*
- d) Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ);-----*
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município;-----*
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município;-----*
- g) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50% dos associados;-----*
- h) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República;-----*
- i) Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.”-----*

Pelo que, propõe-se que a câmara municipal delibere instituir a criação do Conselho

Municipal da Juventude, promovendo a elaboração do respetivo regulamento para posterior aprovação e sujeição à assembleia municipal.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do PSD votaram favoravelmente a proposta para a criação do conselho municipal da juventude porque ela vem preencher de facto uma lacuna do nosso concelho e porque vem de encontro às reivindicações do PSD, que pelo menos por duas vezes, através de representantes da JSD na assembleia municipal, suscitaram a sua criação. Este é também o papel da oposição.-----

Propor, mesmo que só anos mais tarde, as suas propostas sejam materializadas pela maioria”.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente, essencialmente porque:-----

1. Constava do nosso programa eleitoral a sua criação e implementação;-----
2. Há um grande consenso político concelhio à cerca da sua criação;-----
3. Vai ao encontro da qualificação da democracia que pretendemos promover, estimulando e criando condições para a participação dos jovens na vida política;-----
4. É uma prova de que os interesses políticos do concelho estão acima dos interesses partidários”.-----



A

[Handwritten signature]

10. CEDÊNCIA DE VEÍCULOS MOTO 4 ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTO TIRSO.-----

Presente informação de cinco do corrente mês de maio, dos serviços de proteção civil, registada com o número quatro mil oitocentos e sessenta e quatro, a comunicar que em dois mil e treze foi autorizada a cedência dos veículos moto 4 abaixo identificados, às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do concelho de Santo Tirso, sem que no entanto tivesse sido deliberada a doação, ato que se mostra necessário para a transferência do registo de propriedade a favor daquelas Associações.-----

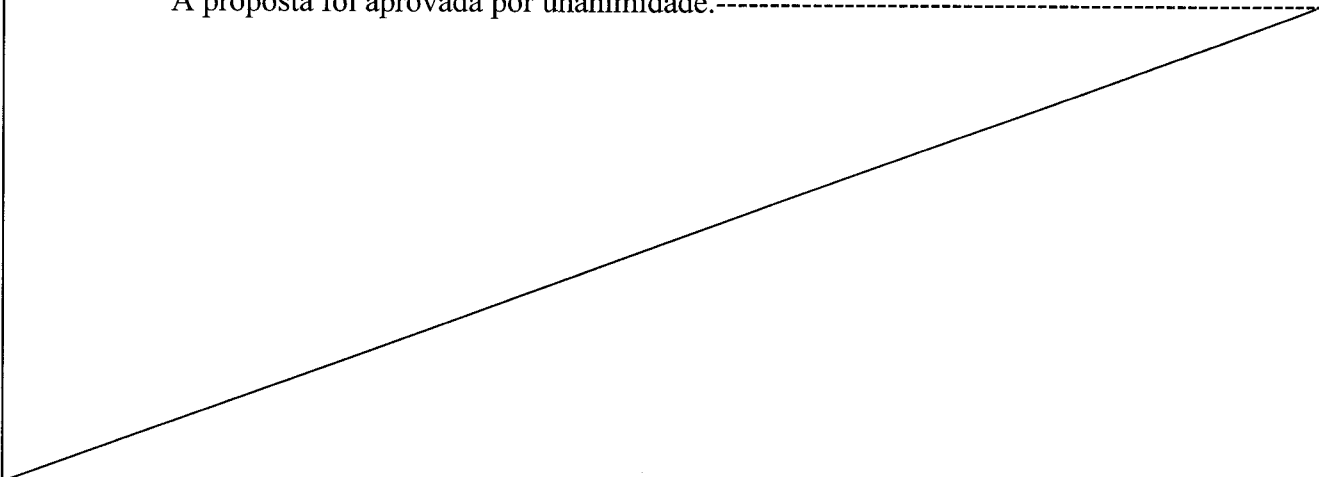
O senhor presidente propôs que a câmara municipal com fundamento na aludida informação técnica, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea j) do n.º 2 do artigo 23º, e alíneas o) e cc) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse doar os seguintes veículos moto 4:-----

- À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, pessoa coletiva número 501 325 700, o veículo de matrícula 49-AC-21;-----

- À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, pessoa coletiva número 501 048 383, o veículo de matrícula 49-AC-22;-----

- À Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila das Aves, pessoa coletiva número 501 361 642, o veículo de matrícula 49-AC-23;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO-----

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

Considerando os fins benemerentes e humanitários prosseguidos pelas associações de bombeiros voluntários, fins que justificam que o município lhes conceda o apoio adequado a dotá-las dos meios indispensáveis à prossecução dos objetivos altruístas para que foram criadas;-----

Considerando a escassez de receitas disponíveis nos orçamentos anuais daquelas associações para fazer face às necessidades das mesmas em dotar os seus corpos de bombeiros de eficazes meios operacionais;-----

Considerando que os municípios têm atribuições, no âmbito da Proteção Civil, (cfr. artigo 23º, nº 2, alínea j) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);-----

Proponho que a câmara municipal de Santo Tirso, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, e ao abrigo da sua competência, para deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes (alínea o) do nº1 do artigo 33º da mesma lei), delibere atribuir a cada uma das Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho de Santo Tirso um subsídio anual no montante de 10.500,00 € (dez mil e quinhentos euros).-----

A respetiva despesa, no montante total de 31.500,00 € (trinta e um mil e quinhentos euros) será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 1143/2014.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade, conforme documentos números 1255, 1256 e 1257, todos de oito do corrente mês de maio.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte contraproposta:-----

Considerando a missão de vital importância na proteção e defesa dos bens e da vida das pessoas, que as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários perseguem;

Considerando também o papel que estas associações desempenham na área da saúde, nomeadamente no socorro e transportes de doentes;

Considerando a inegável e insubstituível presença dos homens e mulheres que de forma abnegada, com sacrifício pessoal, familiar e até profissional, dão o seu melhor à causa pública;

Considerando que pelas mais diversas razões, nomeadamente os constrangimentos financeiros que vitimaram o nosso País, que a todos afeta, mormente às Associações Humanitárias e Bombeiros;

Considerando que estas entidades não têm formas de gerar receita própria para mitigar despesas;

Considerando que as Associações Humanitárias de Bombeiros devem ser tratadas como parceiros imprescindíveis da Autarquia;

Considerando que nos anos anteriores foram atribuídos subsídios no valor global de cerca 28 mil euros;

Considerando que não podemos defraudar as legítimas expectativas e frustrar os orçamentos que desenharam para o ano de 2014.

Os vereadores enquanto eleitos nas listas do PSD-PPM apresentam a seguinte contraproposta:

- a) – Atribuição do subsídio anual no valor de 10.500,00 € a cada uma das associações que operam no concelho de Santo Tirso;
- b) – Atribuição do montante de 15.700,00 €, também a cada uma das Associações de Bombeiros do concelho de Santo Tirso, para ajudar a custear as despesas com aquisição de material e equipamento logístico, ficando ao critério de cada Associação decidir qual o equipamento a adquirir com vista ao reforço da sua capacidade operacional e de acordo com as suas necessidades;
- c) – Propor uma redução de 10% sobre o valor referente ao apoio nos custos com os equipamentos (alínea b).

Santo Tirso, 13 de Maio de 2014



19

A proposta apresentada pelo senhor presidente da câmara foi designada por Proposta A e a proposta apresentada pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi designada por Proposta B. As propostas foram colocadas à votação em alternativa, tendo-se verificado cinco votos a favor da proposta A e três votos a favor da proposta B. Pelo que, foi aprovada a proposta A.-----

Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores da coligação PPD/PSD.PPM votaram favoravelmente a sua proposta que, aliás, coincide com o que foi aprovado nas reuniões de câmara dos anos anteriores, a que estava subjacente a atribuição de um subsídio anual de 10.500,00 € (dez mil e quinhentos euros) e um subsídio, também anual, no montante de 15.700,00 € (quinze mil e setecentos euros) *“destinado a ajudar a custear as despesas com a aquisição de material e equipamento logístico, ficando ao critério de cada Associação de Bombeiros decidir qual o equipamento a adquirir com visto ao reforço da sua capacidade operacional, de acordo com as suas necessidades”*.-----

Além disso, e tendo em conta os constrangimentos que também afetam a câmara, propunha-se uma redução de 10 % (dez por cento) aos subsídios para aquisição de materiais. Os vereadores da coligação PPD/PSD.PPM têm consciências da importância que estes apoios têm para a execução do Orçamento que os bombeiros seguramente já desenharam para o ano de dois mil e catorze, e que sem este apoio fica fortemente comprometido. Além disso era espetável que face às legítimas expectativas das Associações Humanitárias, a alteração na metodologia e nos mecanismos de apoio fosse objeto de uma negociação prévia, sustentada num período de transição para o ano económico de dois mil e quinze. As Associações de Bombeiros são seguramente o que de melhor o concelho de Santo Tirso tem e por isso a autarquia tem a obrigação de torná-los parceiros de pleno direito, até tendo em conta a sua especificidade, excecionalidade e a missão humanitária que perseguem. Os vereadores do Partido Social Democrata não podem subscrever a proposta do Partido



A

7

Socialista porque esta não foi previamente consensualizada, como era desejável, diria mesmo exigível, com as respetivas Associações e porque a subtração dum subsídio no valor de 15.700,00 € (quinze mil e setecentos euros) causará um dano irreparável no orçamento do ano em curso.”-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta A essencialmente pelas seguintes razões:-----

1. As Associações Humanitárias têm na câmara municipal um complemento importante de suporte da sua atividade;-----

2. Existe um amplo consenso no concelho relativamente à atividade meritória das corporações de Bombeiros e a câmara é a primeira a reconhecer isso;-----

3. As restrições orçamentais a que este Governo votou as autarquias leva-nos a restrições equivalentes na nossa atividade;-----

4. Ao Governo cabe a principal responsabilidade legal de suportar as Corporações de Bombeiros, e a tão falada e reivindicada “lei de financiamento dos Bombeiros” continua a ser adiada;

5. O apoio geral da câmara às corporações de bombeiros é multifacetado e este ano compreende, além do subsídio ora deliberado, de 10.500,00 € (dez mil e quinhentos euros), cerca de 70.000,00 € (setenta mil euros) para apoio no financiamento dos piquetes, cerca de 28.000,00 € (vinte e oito mil euros) em melhoramentos de caminhos solicitados pelos Bombeiros, cerca de 8.500,00 € (oito mil e quinhentos euros), correspondente a 15% (quinze por cento), para suportar a candidatura para equipamento a decorrer no âmbito da Área Metropolitana do Porto e mais um conjunto de apoios, nomeadamente os seguros e as bolsas de estudo.-----

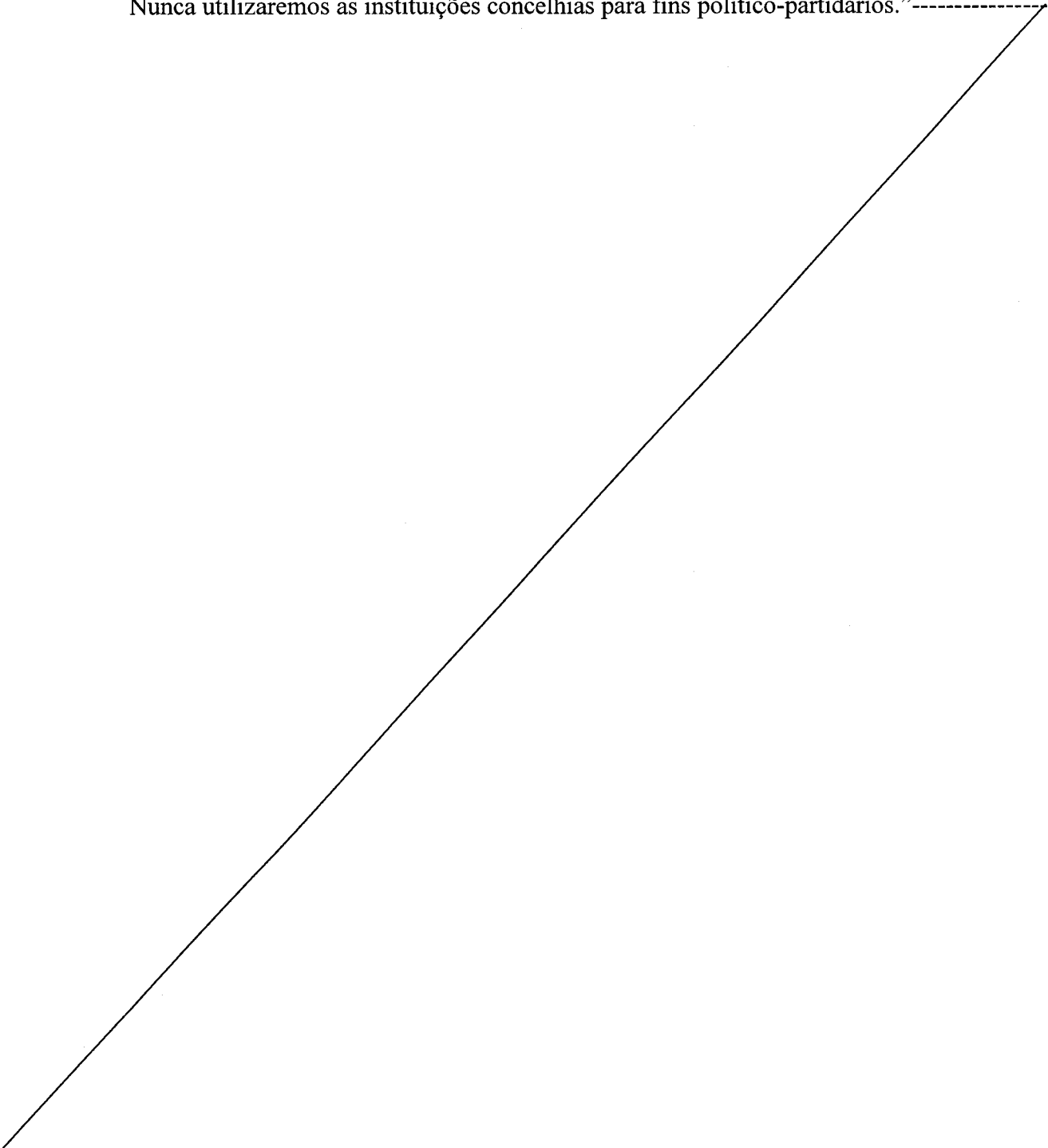
6. Os Bombeiros merecem-nos toda a consideração e a exemplar colaboração com a câmara manter-se-á.-----

Temos consciência que os bloqueamentos orçamentais causados pela diminuição das receitas do transporte de doentes e as dívidas do SNS, são uma restrição importante da sua atividade



causada por este Governo.-----

Nunca utilizaremos as instituições concelhias para fins político-partidários.”-----



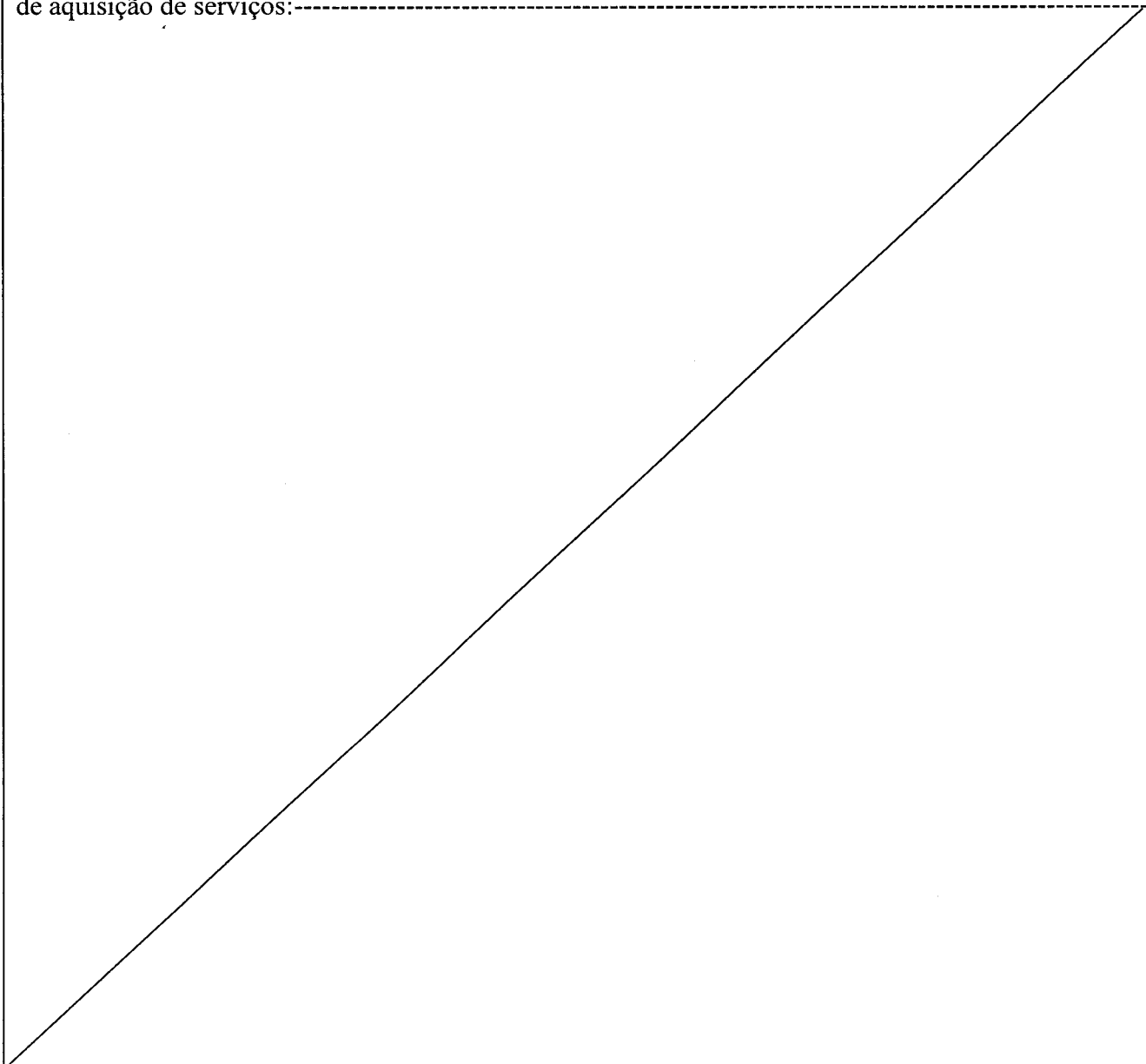


X

Q

**12. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----





12. A) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ABADE PEDROSA – MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA – 1ª FASE”.-----

Presente informação conjunta das diretoras do departamento de planeamento e ambiente e departamento administrativo e financeiro, de doze do corrente mês de maio, registada com o número cinco mil cento e setenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação, cuja fundamentação é carreada para a presente proposta;-----

Considerando que na situação em apreço se verificam todos os requisitos previstos no n.º 5 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, proponho que a câmara municipal delibere dar parecer favorável relativamente à verificação do disposto no n.º 4 do artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou seja, que o objeto do contrato a celebrar trata-se da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, e que se verificam ainda os requisitos previstos nas demais alíneas do n.º 5 do referido artigo 73º.-----

Proponho ainda, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal delibere dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado é de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros), mais IVA.-----

As despesas com a celebração do referido contrato de prestação de serviços serão satisfeitas pela rubrica orçamental com a classificação económica 070115, na qual ficou cativa a importância de 38.437,50 € (trinta e oito mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente à estimativa dos encargos a satisfazer no ano económico em curso, conforme



A

7

proposta de cabimento orçamental número 1160/2014, de doze do corrente mês de maio.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----



12. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS – DIA MUNDIAL DA CRIANÇA.-----

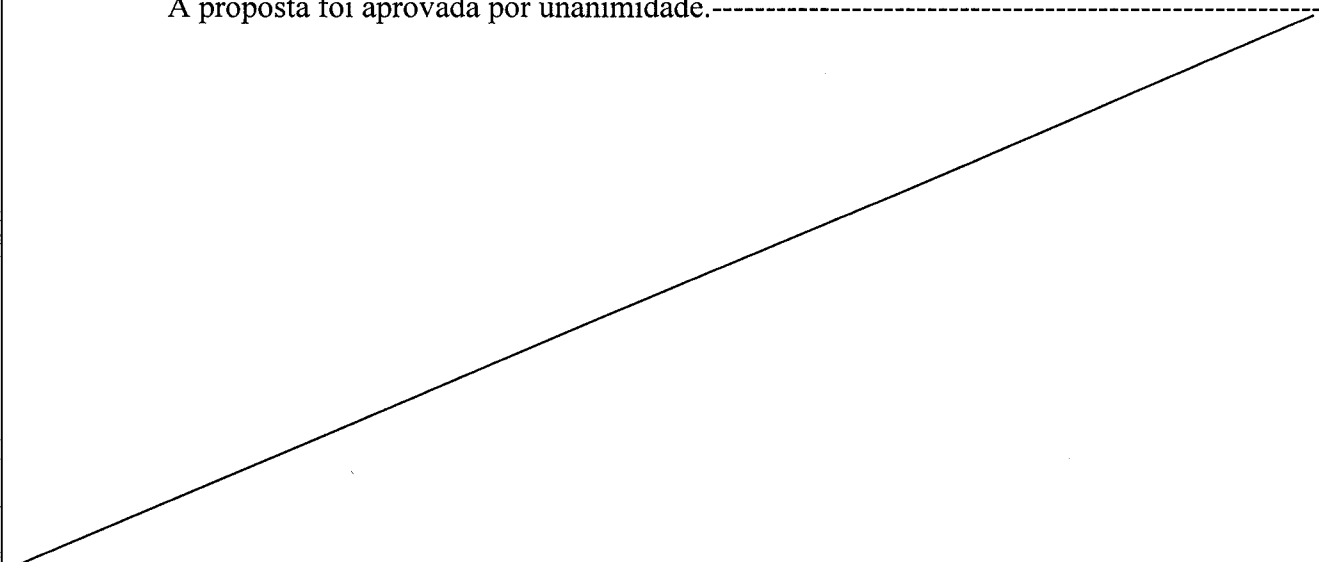
Presente informação da divisão de educação, de sete do corrente mês de maio, registada no sistema de gestão documental com o número quatro mil novecentos e vinte e sete, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à contratação externa de serviços de transporte, conforme referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 8.880,00 € (oito mil oitocentos e oitenta euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 1151/2014, de nove do corrente mês de maio.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 12% legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





12. C) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CRIANÇAS – VISITA DE ESTUDO DO AGRUPAMENTO TOMAZ PELAYO.-----

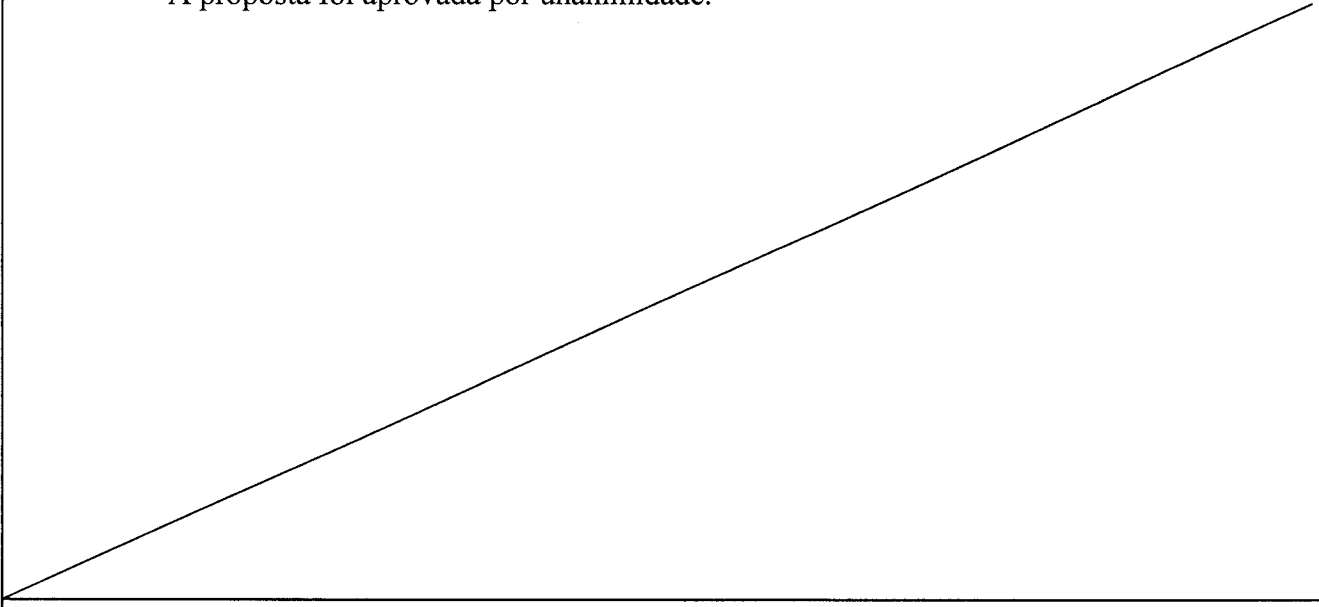
Presente informação da divisão de educação, de oito do corrente mês de maio, registada no sistema de gestão documental com o número quatro mil novecentos e vinte e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à contratação externa de serviços de transporte, conforme referido na aludida informação técnica, cujo valor global estimado é de 6.400,00 € (seis mil e quatrocentos euros), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020210, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 1176/2014.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 12% legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



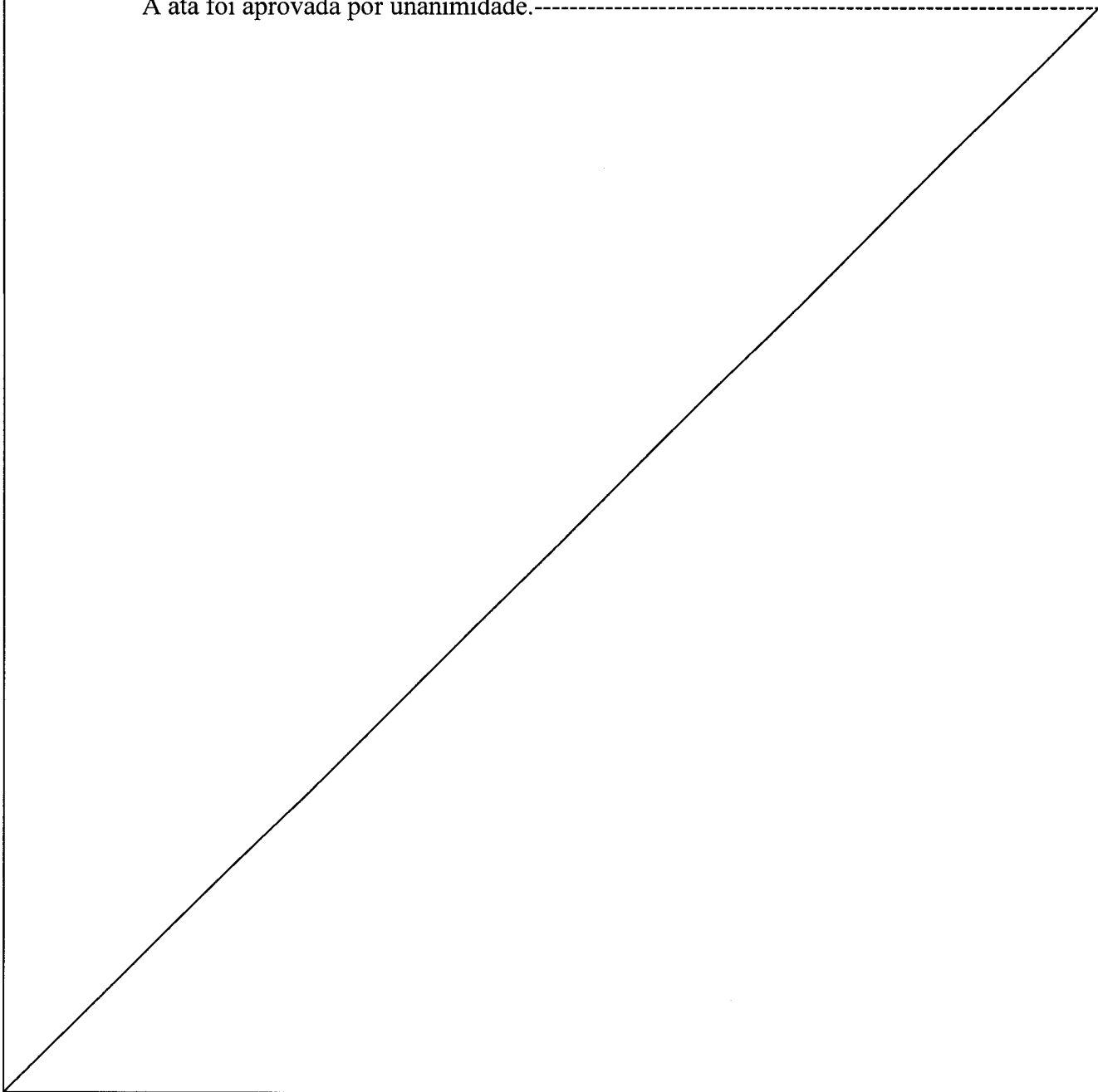


A

9

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----





A

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: doze horas e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta e seis folhas, apenas utilizadas no anverso e três documentos anexos (anexos I, respeitante ao item três, anexos II, respeitante ao item sete e anexo III respeitante ao item oito), que eu

Adriana Silveira

Adriana Silveira

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 27 / 05 / 2014 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas oito da respetiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Silveira